



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 31ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE RECIFE/PE – SEÇÃO B

Processo: 00209798220198172001

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **AZENILDO LOPES**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.ª, em cumprimento ao referido despacho de fls., expor para ao final requerer o que se segue:

DO LAUDO PERICIAL

Trata-se de caso em que o Autor alega ser vítima de acidente automobilístico ocorrido no dia **14.12.2017**, resultando em invalidez permanente.

Ocorre que o autor ingressou com pedido administrativo, momento em que foi realizada análise medica documental por profissional medico capacitado e durante o procedimento foi atestada a seguinte lesão, vejamos.

PARECER DE ANÁLISE MÉDICA**DADOS DO SINISTRO**

Número: 3180406027

Cidade: Recife

Natureza: Invalidez Permanente

Vítima: AZENILDO LOPES

Data do acidente: 14/12/2017

Seguradora: GENTE SEGURADORA S/A

PARECER REALIZADO COM BASE NA DOCUMENTAÇÃO MÉDICA APRESENTADA PELA VÍTIMA

Data da análise: 03/10/2018

Valoração do IML: 0

Perícia médica: Não

Diagnóstico: FRATURA DO TORNOZELO DIREITO.

Resultados terapêuticos: TRATAMENTO CIRÚRGICO (OSTEOSSÍNTESE).
ALTA MÉDICA.

Sequelas permanentes: DIMINUIÇÃO DO ARCO DE MOVIMENTOS DO TORNOZELO DIREITO.

Sequelas: Com sequela

Conduta mantida:

Quantificação das sequelas: APRESENTA APÓS ANÁLISE MÉDICO DOCUMENTAL DÉFICIT FUNCIONAL MODERADO DO TORNOZELO DIREITO.

Documentos
complementares:Observações: DE ACORDO COM LAUDO MÉDICO PERICIAL COMPLEMENTAR DO IML DE PERNAMBUCO, Nº27007/2018,
DATA:13/07/2018, QUESITO 2º - SIM.**DANOS**

| DANOS CORPORAIS COMPROVADOS | Percentual da Perda (Tabela da Lei 6.194/74) | Enquadramento da Perda (art 3º § 1º da Lei 6.194/74) | % Apurado | Indenização pelo dano |
|---|---|---|-----------|--------------------------|
| Perda completa da mobilidade de um tornozelo | 25 % | Em grau médio - 50 % | 12,5% | R\$ 1.687,50 |
| Total | | | 12,5 % | R\$ 1.687,50 |

| RELATÓRIO DA OPERAÇÃO | |
|--|-------------------------|
| NOME DO PACIENTE: AZENILDO LOPES | Nº DO REGISTRO: 1048030 |
| CLINICO: ORTOPIEDIA | Nº DO LEITO: 11-3 |
| OPERADOR: DR SANDRELLI | |
| 1º ASSISTENTE: DR PEDRO + DR TULIO | 2 ASSISTENTE: DR CLÊNIO |
| INSTRUMENTADOR: | ANESTESISTA: DRA DIANA |
| ANESTESISTA: RAQUIANESTESIA | DURAÇÃO: |
| DATA DA OPERAÇÃO: 21/12/2017 | INÍCIO: FIM: |
| DIAGNÓSTICO PRÉ-OPERATÓRIO: FRATURA DE TORNOZELO DIREITO | |
| DIAGNÓSTICO PÓS-OPERATÓRIO: O MESMO | |
| OPERAÇÃO PROPOSTA: TRATAMENTO CIRURGICO DE FRATURA DO TORNOZELO DIREITO + NEUROLISE DE FIBULAR | |
| OPERAÇÃO REALIZADA: O MESMO | |
| DESCRIÇÃO DO ATO OPERATÓRIO | |
| <ol style="list-style-type: none"> 1. PACIENTE EM DDH SOB ANESTESIA 2. Esvaziamento + Garroteamento 3. Assepsia e Antissepsia 4. Aposição de Campos Esteréis 5. Incisão lateral sob maleolo lateral + Divulsão por Planos + Neurolise de Fibular 6. Redução de fratura + fixação com placa terço de cano e parafusos | |

| HOSPITAL GERAL OTÁVIO DE FREITAS | | C.G.C. 09.784.976/0004-58 | |
|--|--------|---------------------------|---------|
| LAUDO PARA EMISSÃO DE AIH | | | |
| INFORMAÇÕES DO PACIENTE | | | |
| NOME DO PACIENTE: Azenildo Lopes | SEXO: | Nº DO PRONTUÁRIO: | |
| DATA DO NASCIMENTO: | | | |
| NOME DA MÃE: | | | |
| ENDEREÇO: (AV/rua) | | | |
| Nº: | BLOCO: | APTº | BAIRRO: |
| MUNICÍPIO: | UF: | CEP: | |
| JUSTIFICATIVA DA INTERNAÇÃO | | | |
| HISTÓRIA CLÍNICA: Trauma tornozelo (D) | | | |
| EXAME FÍSICO: 14º 2h | | | |
| Dr. Azenildo | | | |

Nesse sentido, foi nomeado perito por esse d. juízo, e posteriormente as partes intimadas a apresentaram quesitos, a fim de se verificar qual o grau da suposta Invalidez do autor e assim atestou o percentual de 75% de incapacidade do membro.

Outrossim, cumpre esclarecer que a Ré utilizou as regras da tabela inserida na Lei 11.945/09 e Sumula do 474 do STJ ao efetuar o pagamento administrativo no importe de R\$ 1.687,50(mil e seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos).

Em razão da graduação e da ausência de informação, pugna a Ré pela intimação do Perito do juízo para que preste esclarecimentos **acerca do elevado percentual de invalidez atestado, uma vez que não há nos autos documentos médicos que corroborem com a graduação.**

Não há qualquer documento que justifique o percentual atestado pelo expert, ressaltando que a Ré se utilizou da Lei 6.194/74 e 11945/2009 para efetuar o parecer e o pagamento administrativo, baseado na boa fé.

Diante do exposto, a Ré impugna expressamente o laudo pericial judicial, requerendo a improcedência da presente demanda com fundamento no artigo 487 inciso I do Código de Processo Civil ante a comprovada quitação administrativa.

Para fins do exposto no artigo 106, inciso I, do Código de Processo Civil, requer que todas as intimações sejam encaminhadas ao escritório de seus patronos, sito na Rua São José, nº 90, Grupo 810/812, Centro, Rio de Janeiro-RJ, CEP: 20010-020 e que as publicações sejam realizadas, exclusivamente, em nome da patrona **DRA. RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO, OAB-PE 25393**, sob pena de nulidade das mesmas.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

RECIFE, 21 de novembro de 2019.

ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELO JUNIOR
30225 - OAB/PE